



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRRA nº. 158/2022

Uberlândia, 29 de agosto de 2022.

PARECER TÉCNICO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO (LAS)			
PROCESSO SLA: 3125/2022		Nº DO PARECER VINCULADO AO SEI: 52180357	
SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento		VALIDADE: 10 anos	
EMPREENDEDOR: CARGILL AGRICOLA S A		CNPJ: 60.498.706/0092-94	
EMPREENDIMENTO: CARGILL AGRICOLA S A		CNPJ: 60.498.706/0092-94	
MUNICÍPIO: PERDIZES		ZONA: URBANA	
COORDENADA GEOGRÁFICA: LAT/Y: 19º 25' 21"		LONG/X: 47º 17' 21"	
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">Não há incidência de critério locacional			
CÓDIGO	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017)	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
G-04-01-4	Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despulpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes	3	0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	ART:
LUCIANO OBAGE FERREIRA		CRBio: 040391/RS	20221000107449



Documento assinado eletronicamente por **Erica Maria da Silva, Servidor(a) Público(a)**, em 29/08/2022, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Diretor(a)**, em 29/08/2022, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **52180279** e o código CRC **55FC8558**.



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 52180357 (SEI)

O empreendimento Cargill Agrícola S.A. formalizou no dia 19/08/2022, via Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA), o processo 3125/2022 atuando no ramo das atividades agrossilvipastoris tendo como atividade principal o “Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despulpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes”. Esta licença trata-se de solicitação para renovação de licença de operação, onde o empreendedor possui licença de operação válida até 10/11/2022 conforme certificado de licença LOC 092/2016 e licença ambiental simplificada para ampliação (certificado Nº 2771). Considerando ambas licenças, o empreendedor desenvolve a atividade com capacidade total de 422.400 t/ano.

A área total do empreendimento é de 4,3385 hectares, e está localizado na zona urbana de Perdizes/MG. Conforme informado no RAS o empreendimento possui estrutura de escritório, banheiros, alojamento, área de recreação, área de classificação de grãos, balanças, recebimento de grãos, fornalhas e secador para grãos, setor de secagem de resíduos, silos pulmão, silo convencional, galpões de armazenamento, oficina, depósito de sucata, pátio de estacionamento e casa. Possui ainda 16 (dezesesseis) funcionários permanentes e em períodos de safra são 38 (trinta e oito) funcionários temporários.

A empresa realiza o processo de beneficiamento de grãos (soja e milho), que são fornecidos por diversos produtores da região. Este processo se inicia com o recebimento dos grãos que são transportados por caminhões, a carga é direcionada para o setor de classificação que avalia a qualidade do produto, seguindo para a pesagem, descarregamento.

O atendimento da demanda hídrica para operação das atividades é realizado por 01 (uma) captação em poço tubular, conforme Portaria 1900443/2018.

Como principais impactos inerentes às atividades e devidamente mapeados no RAS, tem-se a geração de efluentes líquidos provenientes de banheiros e lavagem de pisos e equipamentos. Resíduos sólidos domésticos e classe II (Resíduos contaminados com óleo e graxa). Emissões atmosféricas provenientes do Secador de Grãos e Movimentação de veículos no pátio.

Todas as estruturas que possuem sanitários/copa/cozinha, possuem sistema de fossa séptica, filtro e sumidouro implantado.



**Continuação do Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº
52180357 (SEI!)**

O setor de descarga (moegas), pré-limpeza, secador, carregamento (silos) de grãos possuem sistema de coleta de pó composto por ciclone para retenção do material particulado gerado no processo. O secador é do tipo contínuo, alimentado por fornalhas movido a lenha de eucalipto. O silo convencional possui aeradores elétricos, possui externamente canaletas em suas extremidades para coleta e destinação das águas pluviais nas margens da rodovia. Para a movimentação de veículos foi informado que é realizado a umectação de vias frequentemente.

Os resíduos e efluentes classe II (Óleo queimado, lubrificantes, estopas contaminadas e não contaminadas) mensalmente e encaminhadas a empresas regularizadas e os resíduos sólidos domésticos são destinados para a coleta municipal.

O acompanhamento do cumprimento das condicionantes da licença de operação está a cargo do núcleo de controle ambiental (NUCAM) a qual fica a cargo promover o acompanhamento dos sistemas de controle ambiental dos empreendimentos devidamente licenciados, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Fiscalização.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento "Cargill Agrícola S.A" para a atividade de Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despulpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes e localizada no município de Perdizes/MG, pelo prazo de **10 anos**, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo. Não foi realizada vistoria ao local, sendo, portanto, o empreendedor e, ou consultor o(s) único(s) responsável(is) pelas informações prestadas e relatadas neste parecer.



ANEXO I

CONDICIONANTES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A comprovação do cumprimento das condicionantes do empreendimento deverá ser apresentada por meio de peticionamento intercorrente no processo **SEI nº 1370.01.0040940/2022-08**

PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO / MONITORAMENTO

CONDICIONANTE Nº: 1

Descrição da Condicionante:

Apresentar a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações semestrais realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento.

Orientações/Recomendações:

Não informado

PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO / MONITORAMENTO: Qualidade do Solo

PERÍODO DE EXECUÇÃO: Durante a vigência da Licença Ambiental

AFERIÇÃO: Outra - De acordo com a operação do empreendimento

FREQUENCIA DE APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO: Semestralmente

PRAZO PARA PROTOCOLO: Outro - Conforme determinações da DN Copam nº 232/2019

CARACTERIZAÇÃO DO (S) PONTO(S) DE AMOSTRAGEM

Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

Em razão de fato superveniente, o empreendedor poderá requerer a exclusão, a prorrogação do prazo para o seu cumprimento ou a alteração de conteúdo da condicionante imposta, formalizando requerimento escrito, devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva condicionante; sendo necessário instruir o pedido com o comprovante de recolhimento da taxa de expediente respectiva (Lei Estadual nº. 22.796/17 - ANEXO II - TABELA A).

A comprovação do atendimento aos itens destas condicionantes deverá estar acompanhada da anotação de responsabilidade técnica - ART, emitida pelo(s) responsável (eis) técnico(s), devidamente habilitado(s), quando for o caso.

Os laboratórios, impreterivelmente, devem ser acreditados/homologados conforme a Deliberação Normativa Copam nº 216, de 07 de outubro de 2017, ou a que sucedê-la.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Superintendência Regional de Meio Ambiente Alto Paranaíba

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.